



Brasília-DF, 27 de maio de 2022.

Nota de repúdio à tentativa de censura no CMPA

O SINASEFE tomou conhecimento, com extrema preocupação, de uma mensagem recebida, via WhatsApp, pelos servidores do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) contendo os avisos decorrentes de uma recente reunião de chefes daquele estabelecimento.

Em seu item 8, consta o seguinte texto:

“Integrantes do CMPA não devem se manifestar politicamente em redes sociais, blogs e congêneres; isso se aplica a TODOS os integrantes do CMPA;”

Estamos diante de uma clara violação do direito de liberdade de expressão garantido pela Constituição do Brasil, perpetrada por uma instituição como o Exército, que afirma defender o “Brasil acima de tudo”.

Não é novidade que certos assuntos como o golpe militar-empresarial pós-1964 e a ditadura que o seguiu, discussões político-partidárias em geral e até mesmo o nosso próprio sindicato são tratados como tabu dentro das instituições de ensino do Ministério da Defesa.

No entanto, essa censura vem se intensificando nos últimos anos e sendo estendida a questões que são consideradas polêmicas no âmbito das instituições militares, porém já incorporadas na própria legislação do Brasil e que, portanto, não se vinculam a nenhuma concepção política específica: direitos das mulheres, racismo, gênero e sexualidade, e muitas outras.

Apesar da legislação da Educação Básica do Brasil prever o desenvolvimento desses temas para a formação crítica dos alunos, os docentes dos Colégios Militares não apenas têm sido explicitamente orientados a não tratá-los, como também têm tido materiais censurados quando, na opinião pessoal dos executores da censura, haja supostamente qualquer tipo de sugestão em relação a tais assuntos, mesmo que remota.

A situação tornou-se tão grave que têm sido repetidas as situações em que os(as) docentes sequer são avisados(as) de cortes e alterações nas provas que serão aplicadas aos seus alunos. Inúmeros são os exemplos dessas violações do direito de cátedra, como foi inclusive documentado pela imprensa em tempos recentes.

Ao lado disso, inúmeras situações de autoritarismo têm sido reportadas ao sindicato:

- servidores(as) civis do Colégio Militar de Campo Grande (CMCG) obrigados(as) a desfilar em paradas militares, sob ameaça de PAD;
- remoção à revelia de servidores por motivações políticas no Colégio Militar de Recife (CMR) e no Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB);
- servidores do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) obrigados(as) a comparecer a cerimônias religiosas e festividades;
- e agora, ultrapassando os limites da instituição, servidores do CMPA são coagidos a não se manifestar politicamente em suas redes sociais privadas.





SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



Mesmo que a reação organizada dos servidores tenha conseguido impedir que algumas dessas ações fossem levadas a cabo, é extremamente grave que elas tenham chegado a ser anunciadas.

O Ministério da Defesa mantém diversos colégios de Ensino Fundamental e Médio, com objetivo declarado de formar jovens nos limites dos valores das Forças Armadas. A história do nosso país já mostrou o quanto esses valores militares frequentemente abandonam a democracia e a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros em troca da busca do autoritarismo e da ditadura.

Na prática, são escolas mantidas por recursos públicos, mas não funcionam como escolas públicas: sua gestão é feita por uma corporação que não dialoga com a sociedade. Em nossos tempos de um governo formalmente liderado por um capitão da reserva e claramente regido por generais, muitos deles da ativa, o papel das instituições de ensino do Ministério da Defesa tem sido o da sustentação do projeto de destruição daquela sociedade que superou a ditadura e gerou a democracia consolidada na Constituição de 1988.

Como cidadãos e cidadãs comprometidas(os) com a manutenção do estado de direito democrático, a **Direção Nacional do SINASEFE repudia veementemente as atitudes autoritárias dos comandos das instituições aqui mencionadas. Não podemos aceitar tal comportamento!**

Cabe às Forças Armadas manter a segurança nacional, que, em última análise, compreende a manutenção do estado democrático de direito, garantindo que todas as vozes possam ser expressadas, para a construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Censura nunca mais!

Direção Nacional do SINASEFE



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR